



ELETROSUL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: A RESPONSABILIDADE DE CADA UM

Hezil

Ainda que o jornal LV, o Boletim da Intersul e da Federação Nacional dos Urbanitários tenham explicitado em diversas edições todo processo de luta que culminou na possibilidade dos trabalhadores elegerem, a partir de 2012, seus representantes nos Conselhos de Administração das empresas do Grupo Eletrobras, propositalmente ou não e em período eleitoral – como agora, ressurgem dúvidas ou até questionamentos: O que os sindicatos têm a ver com isto? Porque se envolvem nesse tipo de eleição?

Ora, seria um atestado de omissão, uma demonstração de incoerência política, se as entidades representativas dos trabalhadores que estimularam e promoveram junto à categoria debates e outras atividades chamando a atenção para a importância dessa reivindicação, (eleição para representantes dos empregados nos Conselhos de Administração), virassem as costas ou fizessem de conta que isto nada tem a ver com a lida sindical, com a organização dos trabalhadores. Passando a impressão de que eleger esse tipo de representação é uma questão isolada, de interesse particular; como se o resultado disto não impactasse no conjunto dos trabalhadores e na Empresa.

Tendo clareza do papel e da legitimidade dos sindicatos, que após dez anos de lutas com os trabalhadores agora podem comemorar mais essa conquista da categoria eletricitária, prevista em Acordo Coletivo, as entidades integrantes da Intersul se posicionaram nos pleitos eleitorais que elegeram pela primeira e segunda vez as Representações dos Empregados nessa importante instância de poder e de decisão na Eletrosul. Sem subterfúgios, enfrentando críticas explícitas ou veladas, mesmo após decisão democrática dos empregados que em assembleias assumiram sua responsabilidade e se posicionaram a respeito do tema, a Intersul não se omitiu, não fez de conta que nada tinha a ver com o assunto; assumiu e soube lidar com o ônus e o bônus decorrentes desse tipo de postura.

Novamente, diante de novo pleito eleitoral no Conselho de Administração da Eletrosul, é necessário que as entidades sindicais se posicionem claramente, dialoguem com os trabalhadores, estimulem a reflexão crítica, chamem a atenção para o momento delicado em que passa o setor elétrico; antevendo propostas de reestruturação que certamente atingirão os empregados, as empresas e a sociedade. Pelos fatos já vivenciados no Conselho de Administração da Eletrosul, e não diferente das outras duas eleições, é imprescindível que os representantes dos empregados nos CA do Grupo Eletrobras estejam comprometidos com as causas coletivas, articulados com as entidades representativas e dispostos a enfrentarem com determinação, coragem e autonomia - em relação às diretorias das Empresas e partidos políticos, os desafios colocados na atual conjuntura do setor elétrico.

Cada parte envolvida nesse processo deve assumir a sua responsabilidade: as direções dos sindicatos, as direções das empresas, os empregados.



JORNAIS RELATAM PROPINA PAGA AO PSDB EM CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITÁ

Em 2013 foi revelado um grande esquema de corrupção na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A denúncia era de que executivos ligados ao PSDB teriam recebido propina de empresas para assegurar contatos milionários com a CPTM durante os governos de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin. Além de contratos com valores mais elevados do que a realidade, as empresas formaram um cartel, assegurando assim lucros para todos, com aval corrupto dos tucanos. Entre as empresas citadas, duas gigantes chamam a atenção: Alstom e Siemens.

À época, a corrupção do tucanato (convenientemente chamada de "cartel" pela grande mídia) atingiu em cheio um partido que tomava para si a imagem da ética por conta da ação penal 470 contra membros do PT. Irritados, expoentes do partido atacavam as investigações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e as confissões de executivos da Siemens e da Alstom. Eis que no meio da balbúrdia surgiu a dúvida: se o PSDB vendeu grande parte das empresas públicas, será que aí não tinha corrupção também?

Já demos ampla cobertura aos livros que contam o processo de privatização cometido pelos tucanos com o patrimônio Brasileiro. A venda das empresas públicas foi cheia de conluios e maracutaia, como visto nos livros "Privatária Tucana" e "Príncipe da Privatária". E o grande alvo foram

as empresas de energia. Agora o pano cai e mais uma denúncia de corrupção do PSDB atinge em cheio o setor elétrico brasileiro.

O jornal Folha de São Paulo publicou a matéria "Propina de Itá", denunciando que a Alstom, por meio de uma auditoria interna, confirmou o pagamento de propina de 4,85 milhões de Francos em 1999 (R\$ 6 milhões, segundo cálculo atualizado), para a venda de equipamentos para a hidrelétrica de Itá. Segundo o documento da auditoria, o pagamento foi feito pela Janus, empresa da Alstom aberta em Bahamas para o pagamento de propinas em contratos de subestações de energia em

São Paulo.

Ao todo a Alstom é acusada de pagar R\$ 23,8 milhões para obter, sem licitação R\$ 181,3 milhões em contratos com a empresa do governo paulista.

Agora o pano cai e mais uma denúncia de corrupção do PSDB atinge em cheio o setor elétrico brasileiro. O jornal Folha de São Paulo publicou a matéria "Propina de Itá", denunciando que a Alstom, por meio de uma auditoria interna, confirmou o pagamento de propina de 4,85 milhões de Francos, em 1999 (R\$ 6 milhões, segundo cálculo atualizado), para a venda de equipamentos para a hidrelétrica de Itá.



A PROPINA DE ITÁ

A usina de Itá foi um dos projetos do programa de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso. O processo iniciou em 1993, quando um decreto federal autorizou a "parceria" entre estatais e empresas privadas para a finalização de obras em hidrelétricas. Em 1995 a Eletrosul assinou a concessão para o consórcio Associação de Autoprodutores Independentes (AAI), formado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), OPP Petroquímica e OPP Polietilenos (empresas do grupo Odebrecht); além da Companhia de Cimento Itambé. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo, o contrato da Alstom com a Janus, que intermediou o suborno, previa que a suposta consultoria seria feita pela AAI. Ainda segundo a Folha de São Paulo, o contrato não deixa claro quem recebeu os quase 5 milhões de Francos do suborno. Entretanto

a Eletrobras e a Eletrosul tinham à época relações com a Alstom, que é fornecedora de equipamentos do setor elétrico brasileiro. Em declaração à Folha, Claudio Ávila, presidente da Eletrosul em 1998, afirmou que a empresa não cuidou dos contratos de compra de turbinas para a usina (equipamentos comprados da Alstom), apenas "foi responsável pela parte social da usina, a remoção de famílias e a construção da nova cidade". Apesar das suspeitas sobre suborno em Itá existirem desde 2008, o caso não foi investigado. Em Santa Catarina, a Polícia Federal não tem registro de inquérito sobre a propina auditada pela Alstom. Hoje a usina é de propriedade da Tractebel, que comprou a parte do governo durante os anos de privatária.

MAS E AÍ?

A confirmação do pagamento de propina no setor elétrico apenas confirma a suspeita de que as privatizações foram um grande canal de corrupção no país. As empresas públicas vendidas são hoje sinônimo de péssima qualidade no atendimento à população e lucros exorbitantes. Toda a campanha feita para desacreditar as instituições públicas e vender o patrimônio do povo reaparece agora com sua real motivação: embolsar uns trocados às custas da sociedade. A denúncia de pagamento de propinas em Itá é o primeiro passo para uma investigação ampla da privatária. Infelizmente as tentativas anteriores de auditar a venda das empresas públicas esbarraram em parlamentares com rabo preso.

PRIVATIZAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO

A luta contra a privatização é constante. Mesmo que hoje se diga que não "há mais clima" para leilões, as parcerias nefastas entre instituições públicas e empresas privadas são a forma de alienar o patrimônio público. E ao que se vê, de corrupção! Por isso defendemos as empresas públicas, responsáveis com a sociedade! Que ponham os privatistas na cadeia.



BRUSQUE, CIDADE MARAVILHA, PURGATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO E DO CAOS!



"O que aparentemente seria um motivo para justificar a existência de uma boa estrutura de atendimento, por parte da Celesc, é um trágico caso de abandono, desrespeito com os consumidores e com os empregados da celesc que ali são lotados"

Brusque, pertencente a regional de Blumenau, está entre as cidades que mais crescem no estado de Santa Catarina e é uma das grandes fontes de arrecadação da Celesc devido ao fato de ser um grande pólo industrial. O que aparentemente seria um motivo para justificar a existência de uma boa estrutura de atendimento, por parte da Celesc, é um trágico caso de abandono, desrespeito com os consumidores e com os empregados da celesc que ali são lotados. O descaso é de tal proporção que torna-se impossível atribuir a culpa somente a uma pessoa ou gestor. Aparentemente Brusque chegou ao estado atual devido a somatória de diversos fatores, na sua maioria de origem gerencial entre outras disputas. O fato é que os próprios empregados da cidade desenvolveram ao longo do tempo uma maneira de trabalhar na qual faz-se o que pode para manter a Celesc em pé na região, sem esperar muita ajuda das diretorias que passam pela empresa. Muitas vezes faltam veículos, em outros momentos materiais ou ferramentas de trabalho e há muito tempo faltam funcionários.

ESTRUTURA DA EMERGÊNCIA

Desde o dia 01 de junho de 2013, Brusque e região não possuem mais uma equipe de emergência em regime de turno 24 horas. A mudança foi motivada e baseada em estudos, feitos pela empresa, que apontaram um período "ocioso" entre as 22h e as 6h. Após as 22h as ocorrências são atendidas pelos mesmos empregados que iniciaram suas atividades as 14h e que cumprem escalas de sobreaviso/hora extra transformando a jornada de trabalho em algo totalmente imprevisível e muitas vezes extrapola os limites legais. O que está sendo constatado pelos

empregados, da única equipe de emergência própria da agência de Brusque, é que a decisão da empresa gerou, além do descontentamento, precarização no atendimento ao cliente. Outro problema é que teoricamente, a mão de obra resultante da diferença entre as escalas (4 empregados) reforçaria o período da tarde, porém no caso de Brusque isto não aconteceu, sendo que os eletricitistas que não compõem a escala são encaminhados para tarefas diversas, que muitas vezes têm sua relevância questionada.

TERCEIRIZAÇÃO

Por outro lado, a terceirização toma conta de Brusque a todo vapor e já contabiliza 2 equipes de emergência, 1 caminhão para manutenção pesada e 1 caminhão para serviços de Linha Viva. Além disso a agência conta ainda com equipes terceirizadas para corte e religação que em certos dias do mês chegam a 3 equipes. Não bastasse todo este absurdo os empregados ainda presenciam o uso de grande parte da estrutura da celesc pelas empreiteiras, a exemplo, das garagens, salas da agência, quadro de escalas, computador, almoxarifado, etc.... Deve-se deixar claro que os empregados de empreiteiras não são culpados em nenhum momento por esta situação pois somente cumprem ordens, entretanto é inadmissível que a celesc tenha tal nível de terceirização, pague quantias elevadíssimas pela execução dos serviços e ainda disponibilize parte da estrutura para estas empresas. No que diz respeito a parte administrativa da agência o quadro não muda pois Brusque conta com dois atendentes, uma estagiária e 3 empregados no suporte para atender a demanda de 3 cidades crescendo a todo vapor. Não sendo isso suficiente, as instalações da Celesc em Brusque não possuem o mínimo de segurança contra roubos, acessos de pessoas estranhas as suas dependências. O que parece ser de simples solução tem gerado fatos como: arrombamento do almoxarifado, desaparecimento de materiais e equipamentos, inclusive dinheiro e cartões bancários de pessoas que ali trabalham. É fato que a celesc está passando por diversas dificuldades e o relato a respeito de Brusque é semelhante a tantos outros por todo o Estado, porém aparentemente Brusque está sendo alvo de um projeto caótico, que tem por objetivo testar os limites da paciência, passividade da população, precariedade de condições de trabalho e omissão gerencial.

TRACTEBEL

INTERSUL TENTA REABRIR NEGOCIAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO



Desde a última rodada de negociação ocorrida no dia 16/12, quando a Tractebel apresentou a sua proposta para fechamento do ACT, os dirigentes sindicais da Intersul não conseguiram sensibilizar a empresa para reabrir alguns pontos da sua proposta. Conforme boletim da Intersul divulgado naquela oportunidade, não dá para negar que houve avanços, no entanto, os dirigentes sindicais alegaram que era preciso melhorar principalmente:

a) o aumento real deveria ser próximo do Acordo anterior, para isso foi contraproposto 6,5% ao invés dos 6,1%;

b) o valor do vale alimentação deveria acompanhar a variação da alimentação nos últimos doze meses e para isso foi proposto R\$ 42,00 ao invés de R\$ 41,00 com reflexo no valor dos dois blocos extras de dezembro;

c) o pagamento de 25% da remuneração como antecipação da PLR deveria garantir o valor mínimo de R\$ 1.400,00 para não prejudicar os empregados com menor remuneração que no ano anterior garantiram o mínimo de R\$ 3.200,00.

Como desde aquela data a Tractebel pouca importância deu a contraproposta da Intersul os dirigentes sindicais requereram uma mediação do Ministério do Trabalho, que ocorrerá no próximo dia 06, às 10 horas, em Florianópolis. Considerando que a empresa é a maior geradora privada de energia do Brasil, vem apresentando nos últimos 10 anos lucros espetaculares, acima de R\$ 1 bilhão e ainda que empresas menores concederam em 2013 ganhos reais acima do que foi proposto, os sindicatos e empregados aguardam uma postura diferente na reunião de mediação. Está na hora, de fato, de reconhecer o valor coletivo dos trabalhadores na expansão empresarial verificada nos 15 anos de existência da Tractebel. Somente dessa forma se viabilizará uma proposta de consenso que possa finalmente ser encaminhada junto aos trabalhadores.

Intercel
 LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) |
 Conselho Editorial: Amílca Colombo
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161
 E-mail: sindisc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.
 www.sindisc.blogspot.com | www.sinergia.org.br | www.sintresc.com.br
 www.intersul.org.br

HENFIL 70 ANOS

"MORRO MAS MEU DESENHO FICA"



Se estivesse vivo, Henfil completaria na última quarta-feira, dia 5, 70 anos. Cartunista do traço simples e de personagens marcantes, Henfil ilustrou a redemocratização do Brasil, tendo sido o cirador do bordão "Diretas Já", eternizado pelo povo brasileiro.

Como uma pequena homenagem, todas as matérias desta edição foram ilustradas com desenhos de Henfil, comprovando que a luta do povo brasileiro retratada em seus traços permanece igual, mesmo 26 anos após a sua morte.

